



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### JOSÉ MENDES BOTA

*Deputado à Assembleia da República em representação da Região do Algarve*

*Palácio de S. Bento 1249-068 Lisboa*

*Telef: 213 917 282 Mail: [mendesbota@psd.parlamento.pt](mailto:mendesbota@psd.parlamento.pt)*

**RELATÓRIO Nº 98**

**Lisboa, 11/06/2014**

**ÂMBITO: ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA (APCE)**

**LOCAL: PARIS**

**PARTIDA: 1 de Junho de 2014**

**REGRESSO: 2 de Junho de 2014**

**OBJECTIVO: Reunião da Comissão da Igualdade e Não Discriminação (APCE)**

No dia 2 de Junho de 2014, participei numa reunião da Comissão da Igualdade e Não Discriminação.

**Fiz uma primeira intervenção** para assinalar que, com as 11 ratificações da Convenção de Istambul por parte de Estados membros do Conselho da Europa, ficou assegurada a sua entrada em vigor no próximo dia 1 de Agosto de 2014.

Salientei o papel decisivo que os deputados desses Países, membros da Comissão da Igualdade e Não discriminação, mas muito particularmente, os que integram a Rede Parlamentar “Women Free From Violence” de que sou coordenador político, tiveram na pressão e na sensibilização sobre os governos e os parlamentos para avançarem no processo da ratificação.

Não foi por acaso que a Albânia, Andorra, a Áustria, a Bósnia & Herzegovina, a Dinamarca, a Itália, o Montenegro, Portugal, a Sérvia, a Espanha e a Turquia tomaram a dianteira. É que foi precisamente nesses Estados que a acção da Rede Parlamentar se fez sentir.

Propus, e foi aceite de forma unânime, que a Rede Parlamentar assinalasse a data da entrada em vigor com uma acção à escala europeia, traduzida pela visita dos seus membros, nos respectivos países, a uma casa de abrigo de vítimas da violência de género, colocando-as no centro das atenções, seguida de uma conferência de imprensa, para divulgação da Convenção de Istambul, e dando voz a quem não poderá fazê-lo pessoalmente, por razões óbvias.

Acrescentei que a segunda fase da nossa acção como parlamentares comprometidos neste combate, passa pela implementação do mecanismo de monitorização (GREVIO), e do preenchimento das lacunas jurídico-legais e operacionais, que em cada País ainda existam.

Mais adiante, **fiz uma segunda intervenção** no debate sobre a criação da “No Hate Parliamentary Alliance”.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Disse que é inaceitável o incitamento à intolerância, ao desrespeito e ao discurso odioso dirigido às minorias, traduzindo preconceitos ligados à etnia, religião, ao género, à deficiência ou à orientação sexual. E chamei a atenção para o lado obscuro da internet, onde as opiniões públicas têm consequências.

Assiste-se a uma utilização crescente da internet e dos sítios electrónicos das redes sociais por parte de grupos radicais. Ali, o discurso do ódio vai-se perpetuando *online*, levando a propostas sinistras como o apelo a “mover-se do ciber-espço para o mundo físico”, ou seja, passar este nacionalismo agressivo e etno-centrismo com comunidades migrantes na mira para a acção de rua .

O impacto potencial desta dimensão *online* dá-nos novas razões de preocupação junto da juventude e das suas organizações. O discurso de ódio é mais facilmente monitorizável na rede dos media profissionais, do que em redes sociais difíceis de matricular.

O desafio colocado por estas manifestações *online* reside na dificuldade de medir a sua extensão e o seu impacto. A actividade dos sítios electrónicos estáticos pode ser facilmente monitorizada. Mas a maior parte da acção acontece nos espaços de encontro, de diálogo nos sítios em rede, muito mais difíceis de seguir.

Finalmente, refira-se que elaborei uma **proposta de resolução** intitulada “Promoting best practices in tackling violence against women”, que figura como Anexo ao presente relatório, e que espero venha a dar origem a um relatório que me proponho realizar sobre os melhores modelos de legislação e de práticas no combate à violência contra as mulheres.

Esta proposta recolheu o número de assinaturas necessário, e foi remetida para aprovação pelo Bureau da APCE.

Assembleia da República, 3 de Junho de 2014

José Mendes Bota

## ANEXO

### **Promoting best practice in tackling violence against women Motion for a resolution tabled by Mr Mendes Bota (Portugal, EPP/CD) and other colleagues**

The Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence (CETS No. 120, the so-called Istanbul Convention) has finally reached the necessary number of ratifications for its entry into force, which will take place on 1 August 2014. So far, 11 Council of Europe member States have ratified it and 23 more have signed it.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Members of the Parliamentary Assembly and national parliamentarians have played an important role throughout the process which has led to this result, including the inception of the Convention, its negotiation, its opening for signature and its ratification.

The Parliamentary Network “Women Free from Violence” has been particularly active in raising awareness on violence against women and organising parliamentary events that could smoothen out signature and ratification.

Both the Assembly and national parliamentarians shall continue to be involved also after the entry into force of the Convention: this is the first international instrument to foresee a role of parliaments in monitoring its implementation by the State parties.

In this regard, it would strongly enhance the monitoring capacity of national parliamentarians as well as their expertise as legislators if they could have at their disposal in-depth information on best models of legislation and practice on violence against women which are applied in other Council of Europe member States, in areas such as prevention, protection of victims, prosecution of the offenders and integrated policies.

To this end, on the basis of a detailed report collecting and analysing these best models, the Assembly should formulate recommendations addressed to national parliaments.